

Dia 19, greve no Saúde em Casa

Mais de 3 mil trabalhadores vão paralisar suas atividades por tempo indeterminado, pela manutenção do programa e dos empregos

Taís Braga

Da equipe do **Correio**

Greve no Saúde em Casa. A partir da zero hora do dia 19, os 3.200 servidores do programa vão entrar em greve por tempo indeterminado. A decisão foi tomada ontem, numa assembléia realizada no hall do Sindicato (Sindicato dos Trabalhadores na Área de Saúde), a que compareceram menos de 100 pessoas. Os servidores querem a manutenção do programa, o pagamento dos vales-transporte e tickets refeição, a formação de uma comissão

paritária para reavaliar o conteúdo do Saúde em Casa e o pagamento dos salários até o quinto dia útil do mês seguinte ao trabalhado.

O movimento atende a dois objetivos. É uma estratégia jurídica (garantida pela Lei de Greve) que impede a demissão enquanto o estado de greve for mantido, e também serve como "instrumento de negociação" entre servidores e governo. O presidente do Sindicato, Antônio Agamenon, explicou que o estatuto da entidade, assim como a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), não exige quorum para que a assembléia

tome a sua decisão.

Contratados por tempo indeterminado pelo Instituto Candango de Solidariedade (ICS), os servidores do Saúde em Casa adotaram a estratégia de cumprir todo o ritual jurídico que garanta a legalidade do movimento. Na sexta-feira, às 10h30, será realizada uma nova assembléia no ICS, para organizar os detalhes sobre a greve.

Segundo o presidente do Sindicato, os trabalhadores acreditam que o GDF quer acabar com o programa, apesar de ter prometido o contrário. Em algumas cidades, o número desses trabalhadores é bem maior que a quantidade de funcionários da Fundação Hospitalar.

"Temos agendada para sexta-feira a homologação de 46 demissões de pessoas que sequer receberam o aviso prévio. Os desligamentos não

têm explicação. Fomos informados de que outras 200 demissões estariam marcadas em outro sindicato", disse Agamenon.

De acordo com a orientação do departamento jurídico do Sindicato, os servidores deverão cumprir 30% das atividades consideradas essenciais. O Saúde em Casa tem 272 equipes trabalhando em 14 cidades do Distrito Federal.

Durante a assembléia, os servidores foram orientados a preencher uma ficha de qualificação para se candidatarem ao cargo de delegados sindicais da categoria.

De acordo com a CLT, informou Agamenon, os servidores do Saúde em Casa têm o direito de eleger um delegado para cada 200 trabalhadores em atividade no programa. A eleição foi mais uma estratégia para evitar outras demissões, já que os dele-

gados têm imunidade sindical durante o mandato e mais um ano depois do mandato. Ao final da assembléia, por aclamação, foram eleitos mais de 20 delegados.

A manutenção dos 30% dos serviços de saúde pelos grevistas foi motivo de muita discussão na assembléia. Os servidores consideraram que a falta de atendimento no Saúde em Casa terá reflexo imediato na procura pelos serviços nos postos de saúde e nas áreas de emergência dos hospitais.

No ofício que será enviado ao Instituto Candango de Solidariedade, os sindicalistas vão pedir que o ICS indique quais os locais em que o programa não pode se interrompido. A idéia é que todos compareçam ao local de trabalho, para que a população não ser revolte com os médicos, enfermeiros e auxiliares.